

# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12,<sup>1</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| <b>Legislação</b>   | <b>Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br/>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)</b>   |
|---|---|
|   | Altera os Decretos-Lei nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981; dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União; e dá outras providências.  |
|   | O CONGRESSO NACIONAL decreta:   |
| <b>Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946</b>   | <b>Art. 1º</b> O <u>Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:   |
| <p><b>Art. 11.</b> Para a realização da demarcação, a SPU convidará os interessados, por edital, para que no prazo de 60 (sessenta) dias ofereçam a estudo plantas, documentos e outros esclarecimentos concernentes aos terrenos compreendidos no trecho demarcando.</p> | “ <b>Art. 11.</b> Antes de dar início aos trabalhos demarcatórios e com o objetivo de contribuir para sua efetivação, a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão realizará audiência pública, preferencialmente, na Câmara de Vereadores do Município ou dos Municípios onde estiver situado o trecho a ser demarcado. |
|   | § 1º Na audiência pública, além de colher plantas, documentos e outros elementos relativos aos terrenos compreendidos no trecho a ser demarcado, a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentará à população interessada informações e esclarecimentos sobre o procedimento demarcatório.                       |
|   | § 2º A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fará o convite para a audiência pública, por meio de publicação em jornal de grande circulação nos Municípios abrangidos pelo trecho a ser demarcado e no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de sua realização.              |
|   | § 3º A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão notificará o Município para que apresente os documentos e plantas que possuir relativos ao trecho a ser demarcado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data da realização da audiência pública a que se refere o <i>caput</i> .                             |
|   | § 4º Serão realizadas pelo menos 2 (duas) audiências públicas em cada Município situado no trecho a ser demarcado cuja população seja superior a 100.000 (cem mil) habitantes, de acordo com o último censo oficial.”(NR)   |
| <p><b>Art. 12.</b> O edital será afixado na repartição arrecadadora da Fazenda Nacional na localidade, e publicado por 3 (três) vezes, com intervalos não superiores a 10 (dez) dias, no Diário Oficial, se se</p>  | “ <b>Art. 12.</b> Após a realização dos trabalhos técnicos que se fizerem necessários, o Superintendente do Patrimônio da União no Estado determinará a   |

# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, <sup>2</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| <b>Legislação</b>   | <b>Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br/>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)</b>  |
|---|--|
| tratar de terrenos situados no Distrito Federal, ou na fôlha que nos Estados ou Territórios lhes publicar o expediente.                               | posição da linha demarcatória por despacho.  |
| Parágrafo único. Além do disposto no caput deste artigo, o edital deverá ser publicado, pelo menos 1 (uma) vez, em jornal de grande circulação local. | Parágrafo único. (Revogado)." (NR)   |
|   | <b>"Art. 12-A.</b> A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fará a notificação pessoal dos interessados certos alcançados pelo traçado da linha demarcatória para, no prazo de 60 (sessenta) dias, oferecerem quaisquer impugnações.  |
|   | § 1º Na área urbana, considera-se interessado certo o responsável pelo imóvel alcançado pelo traçado da linha demarcatória até a linha limite de terreno marginal ou de terreno de marinha, que esteja cadastrado na Secretaria do Patrimônio da União ou inscrito no cadastro do Imposto Predial e Territorial Urbano ou outro cadastro que vier a substituí-lo.  |
|   | § 2º Na área rural, considera-se interessado certo o responsável pelo imóvel alcançado pelo traçado da linha demarcatória até a linha limite de terreno marginal, que esteja cadastrado na Secretaria do Patrimônio da União e, subsidiariamente, esteja inscrito no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR ou outro que vier a substituí-lo.  |
|   | § 3º O Município e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da solicitação da Secretaria do Patrimônio da União, deverão fornecer a relação dos inscritos nos cadastros previstos nos §§ 1º e 2º.   |
|   | § 4º A relação dos imóveis constantes nos cadastros referidos nos §§ 1º a 3º deverá ser fornecida pelo Município e pelo Incra no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da solicitação da Secretaria do Patrimônio da União.  |
|   | § 5º A atribuição da qualidade de interessado certo independe da existência de título registrado no Cartório de Registro de Imóveis."  |
|   | <b>"Art. 12-B.</b> A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fará a notificação por edital, por meio de publicação em jornal de grande circulação no local do trecho demarcado e no Diário Oficial da União, dos interessados incertos alcançados pelo traçado da linha demarcatória para, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentarem quaisquer impugnações, que poderão ser dotadas de efeito |



# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12,<sup>3</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| <b>Legislação</b>  | <b>Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br/>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)</b>   |
|--|---|
|  | suspensivo nos termos do parágrafo único do <a href="#">art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.</a> "  |
| <b>Art. 13.</b> De posse dêsses e outros documentos, que se esforçará por obter, e após a realização dos trabalhos topográficos que se fizerem necessários, o Chefe do órgão local do S. P. U. determinará a posição da linha em despacho de que, por edital com o prazo de 10 (dez) dias, dará ciência aos interessados para oferecimento de quaisquer impugnações. | " <b>Art. 13.</b> Tomando conhecimento das impugnações eventualmente apresentadas, o Superintendente do Patrimônio da União no Estado reexaminará o assunto e, se confirmar a sua decisão, notificará os recorrentes que, no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, contado da data de sua ciência, poderão interpor recurso, que poderá ser dotado de efeito suspensivo, dirigido ao Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. |
| Parágrafo único. Tomando conhecimento das impugnações porventura apresentadas, a autoridade a que se refere este artigo reexaminará o assunto, e, se confirmar a sua decisão, recorrerá ex-offício para o Diretor do S. P. U., sem prejuízo do recurso da parte interessada.   | Parágrafo único. O efeito suspensivo de que tratam o <i>caput</i> e o art. 12-B aplicar-se-á apenas à demarcação do trecho impugnado, salvo se o fundamento alegado na impugnação ou no recurso for aplicável a trechos contíguos, hipótese em que o efeito suspensivo, se deferido, será estendido a todos eles."(NR)  |
| <b>Art. 14.</b> Da decisão proferida pelo Diretor do S. P. U. será dado conhecimento aos interessados, que, no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias contados de sua ciência, poderão interpor recurso para o C. T. U.  | " <b>Art. 14.</b> Da decisão proferida pelo Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão será dado conhecimento aos recorrentes que, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua ciência, poderão interpor recurso dirigido ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, não dotado de efeito suspensivo."(NR)   |
| <b>Art. 100.</b> A aplicação do regime de aforamento a terras da União, quando autorizada na forma dêste Decreto-lei, compete ao S. P. U., sujeita, porém, a prévia audiência:   | " <b>Art. 100</b> .....   |
| .....<br>§ 6º Nos casos de aplicação do regime de aforamento gratuito com vistas na regularização fundiária de interesse social, ficam dispensadas as audiências previstas neste artigo, ressalvados os bens imóveis sob administração do Ministério da Defesa e dos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.  | .....   |
|  | § 7º Quando se tratar de imóvel situado em áreas urbanas consolidadas e fora da faixa de segurança de que trata o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, na forma estabelecida em regulamento expedido pela Secretaria do Patrimônio da União, ficam dispensadas as   |

# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12,<sup>4</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| <b>Legislação</b>  | <b>Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br/>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)</b>   |
|--|---|
|  | audiências previstas neste artigo.”(NR)   |
| <b>Art. 105.</b> Tem preferência ao aforamento:<br>.....   | “ <b>Art. 105</b> .....   |
| Parágrafo único. As questões sobre propriedades, servidão e posse são da competência dos Tribunais Judiciais.  | § 1º As divergências sobre propriedade, servidão ou posse devem ser decididas pelo Poder Judiciário.  |
|  | § 2º A decisão da Secretaria do Patrimônio da União quanto ao pedido formulado com fundamento no direito de preferência previsto neste artigo constitui ato vinculado e somente poderá ser desfavorável, de forma fundamentada, caso haja algum impedimento, entre aqueles já previstos em lei, informado em consulta formulada entre aquelas previstas na legislação em vigor ou nas hipóteses previstas no inciso II do <a href="#">art. 9º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998</a> .”(NR) |
| <b>Art. 108.</b> Decorrido o prazo mencionado no § 2º do artigo anterior e apreciadas as reclamações que tenham sido apresentadas, o Chefe do órgão local do S.P.U., calculado o fôro devido, concederá o aforamento, ad referendum do Diretor do mesmo Serviço, recolhidos os tributos porventura devidos à Fazenda Nacional. | “ <b>Art. 108.</b> O Superintendente do Patrimônio da União apreciará a documentação e, deferindo o pedido, calculará o fôro, com base no art. 101, e concederá o aforamento, devendo o foreiro comprovar sua regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional até o ato da contratação.  |
|  | Parágrafo único. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecerá as diretrizes e procedimentos simplificados para a concessão do aforamento de que trata o <i>caput</i> .”(NR)  |
| <b>Art. 109.</b> Aprovada a concessão, lavrar-se-á em livro próprio do S.P.U. o contrato enfitéutico de que constarão as condições estabelecidas e as características do terreno aforado.  | “ <b>Art. 109.</b> Concedido o aforamento, será lavrado em livro próprio da Superintendência do Patrimônio da União o contrato enfitéutico de que constarão as condições estabelecidas e as características do terreno aforado.”(NR)  |
| <b>Art. 116.</b> Efetuada a transação e transscrito o título no Registro de Imóveis, o adquirente, exibindo os documentos comprobatórios, deverá requerer, no prazo de 60 (sessenta) dias, que para o seu nome se transfiram as obrigações enfitêuticas.   | “ <b>Art. 116.</b> .....  |
| .....  | .....   |
| § 2º O adquirente ficará sujeito à multa 0,05% (cinco centésimos por cento), por mês ou fração, sobre o valor do terreno e benfeitorias nele existentes, se não requerer a transferência dentro do prazo estipulado no persente artigo.  | § 2º O adquirente ficará sujeito à multa de 0,05% (cinco centésimos por cento), por mês ou fração, sobre o valor do terreno, se não requerer a transferência dentro do prazo previsto no <i>caput</i> .”(NR)  |
| <b>Art. 122.</b> Autorizada, na forma do disposto no art. 103, a remissão do aforamento dos terrenos compreendidos em determinada zona, o S.P.U. notificará os foreiros, na forma do parágrafo único do art. 104, da autorização concedida.  | “ <b>Art. 122</b> .....   |
| Parágrafo único. Cabe ao Diretor do S.P.U. decidir   | Parágrafo único. A decisão da Secretaria do   |



# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12,<sup>5</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| <b>Legislação</b>   | <b>Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br/>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)</b>   |
|---|---|
| sobre os pedidos de remissão, que lhe deverão ser dirigidos por intermédio do órgão local do mesmo Serviço.   | Patrimônio da União sobre os pedidos de remissão do aforamento de terreno de marinha e/ou acrescido de marinha localizado fora da faixa de segurança constitui ato vinculado.”(NR)  |
| <b>Art. 128.</b> Para cobrança da taxa, a SPU fará a inscrição dos ocupantes, <i>ex officio</i> , ou à vista da declaração destes, notificando-os para requererem, dentro do prazo de cento e oitenta dias, o seu cadastramento.  | “ <b>Art. 128.</b> O pagamento da taxa será devido a partir da inscrição de ocupação, efetivada de ofício ou a pedido do interessado, não se vinculando ao cadastramento do imóvel.   |
| § 1º A falta de inscrição não isenta o ocupante da obrigação do pagamento da taxa, devida desde o início da ocupação.   | § 1º (Revogado).  |
| § 2º A notificação de que trata este artigo será feita por edital afixado na repartição arrecadadora da Fazenda Nacional, publicado no Diário Oficial da União, e mediante aviso publicado três vezes, durante o período de convocação, nos dois jornais de maior veiculação local.   | § 2º (Revogado).  |
| § 3º Expirado o prazo da notificação, a União imitir-se-á sumariamente na posse do imóvel cujo ocupante não tenha atendido à notificação, ou cujo posseiro não tenha preenchido as condições para obter a sua inscrição, sem prejuízo da cobrança das taxas, quando for o caso, devidas no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor atualizado do domínio pleno do terreno, por ano ou fração. | § 3º (Revogado).  |
|   | § 4º Caso o imóvel objeto do pedido de inscrição de ocupação não se encontre cadastrado, a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão efetuará o cadastramento.”(NR)                                 |
| <b>Art. 205.</b> A pessoa estrangeira, física ou jurídica, não serão alienadas, concedidos ou transferidos imóveis da União situados nas zonas de que trata a letra <i>a</i> do art. 100, exceto se houver autorização do Presidente da República.  | “ <b>Art. 205.</b> .....  |
| .....   | .....   |
| § 2º A competência prevista neste artigo poderá ser delegada ao Ministro da Fazenda, vedada a subdelegação.   | § 2º A competência prevista neste artigo poderá ser delegada ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, permitida a subdelegação ao Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.”(NR) |
| <b>Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987</b>  | <b>Art. 2º</b> O <a href="#">Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:   |

# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12,<sup>6</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| Legislação  | Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)  |
|---|--|
| <b>Art. 1º</b> A taxa de ocupação de terrenos da União, calculada sobre o valor do domínio pleno do terreno, anualmente atualizado pelo Serviço do Patrimônio da União (SPU), será, a partir do exercício de 1988, de:  | “ <b>Art. 1º</b> A taxa de ocupação de terrenos da União será de 2% (dois por cento) do valor do domínio pleno do terreno anualmente atualizado pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.  |
| I - 2% (dois por cento) para as ocupações já inscritas e para aquelas cuja inscrição seja requerida, ao SPU, até 30 de setembro de 1988; e  | I – (revogado);  |
| II - 5% (cinco por cento) para as ocupações cuja inscrição seja requerida ou promovida <i>ex officio</i> , a partir de 1º de outubro de 1988.   | II – (revogado).   |
|   | § 1º O valor do domínio pleno do terreno será atualizado de acordo com:  |
|   | I - a planta de valores genéricos elaborada pelos Municípios e pelo Distrito Federal, para as áreas urbanas; ou  |
|   | II - a Planilha Referencial de Preços de Terras elaborada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para as áreas rurais.  |
|   | § 2º Os Municípios e o Incra deverão fornecer à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão os dados necessários para aplicação do disposto no § 1º.   |
|   | § 3º Não existindo a planta de valores ou a Planilha Referencial de Preços de Terras, ou estando elas defasadas, a atualização anual do valor do domínio pleno poderá ser feita por meio de pesquisa mercadológica.”(NR)   |
| <b>Art. 3º</b> Dependerá do prévio recolhimento do laudêmio, em quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do domínio pleno <b>e das</b> benfeitorias, a transferência onerosa, entre vivos, do domínio útil de terreno da União ou <b>de direitos sobre benfeitorias neles construídas, bem assim a cessão de direito a eles relativos.</b> | “ <b>Art. 3º</b> A transferência onerosa, entre vivos, do domínio útil <b>e da inscrição de ocupação</b> de terreno da União ou cessão de direito a eles relativos dependerá do prévio recolhimento do laudêmio, em quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do domínio pleno <b>do terreno, excluídas as</b> benfeitorias. |
| .....   | .....  |
| § 2º .....  | § 2º .....   |
| I - .....   | I - .....  |
| .....   | .....  |
| b) estar o transmitente em dia com as <b>demais</b> obrigações <b>junto ao</b> Patrimônio da União; e   | b) estar o transmitente em dia com as obrigações <b>para com o</b> Patrimônio da União <b>relativas ao</b> imóvel objeto da transferência; e   |
| .....   | .....  |
| § 5º A não-observância do prazo estipulado no § 4º sujeitará o adquirente à multa de 0,05% (cinco centésimos por cento), por mês ou fração, sobre o valor do terreno <b>e</b> benfeitorias <b>nele existentes.</b>  | § 5º A não observância do prazo estipulado no § 4º sujeitará o adquirente à multa de 0,05% (cinco centésimos por cento), por mês ou fração, sobre o valor do terreno, <b>excluídas as</b> benfeitorias.  |
| .....   | .....”(NR)   |



# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12,<sup>7</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| <b>Legislação</b>   | <b>Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br/>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)</b>   |
|---|---|
| <b>Art. 6º</b> A realização de aterro, construção ou obra e, bem assim, a instalação de equipamentos no mar, lagos, rios e quaisquer correntes de água, inclusive em áreas de praias, mangues e vazantes, ou em outros bens de uso comum, de domínio da União, sem a prévia autorização do Ministério da Fazenda, importará:  | “ <b>Art. 6º</b> Considera-se infração administrativa contra o patrimônio da União toda ação ou omissão que viole o adequado uso, gozo, disposição, proteção, manutenção e conservação dos imóveis da União.  |
| I - na remoção do aterro, da construção, obra e dos equipamentos instalados, inclusive na demolição das benfeitorias, à conta de quem as houver efetuado; e   | I – (revogado);   |
| II - a automática aplicação de multa mensal em valor equivalente a R\$ 30,00 (trinta reais), atualizados anualmente em 1º de janeiro de cada ano, mediante portaria do Ministério da Fazenda, para cada metro quadrado das áreas aterradas ou construídas, ou em que forem realizadas obras ou instalados equipamentos, que será cobrada em dobro após trinta dias da notificação, pessoal, pelo correio ou por edital, se o infrator não tiver removido o aterro e demolido as benfeitorias efetuadas. | II – (revogado).  |
|   | § 1º In corre em infração administrativa aquele que realizar aterro, construção, obra, cercas ou outras benfeitorias, desmatar ou instalar equipamentos, sem prévia autorização ou em desacordo com aquela concedida, em bens de uso comum do povo, especiais ou dominiais, com destinação específica fixada por lei ou ato administrativo. |
|   | § 2º O responsável pelo imóvel deverá zelar pelo seu uso em conformidade com o ato que autorizou a sua utilização ou a natureza do bem, sob pena de incorrer em infração administrativa.  |
|   | § 3º Será considerado infrator aquele que, diretamente ou por interposta pessoa, incorrer na prática das hipóteses previstas no <i>caput</i> .  |
|   | § 4º Sem prejuízo da responsabilidade civil, as infrações previstas neste artigo serão punidas com as seguintes sanções:  |
|   | I - embargo de obra, serviço ou atividade, até a manifestação da União quanto à regularidade de ocupação;   |
|   | II - aplicação de multa;  |
|   | III - desocupação do imóvel; e  |
|   | IV – demolição e/ou remoção do aterro, construção, obra, cercas ou demais benfeitorias, bem como dos equipamentos instalados, à conta de quem os houver efetuado, caso não sejam passíveis de regularização.  |



# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12,<sup>8</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| Legislação   | Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)  |
|--|--|
|  | § 5º A multa será no valor de R\$ 73,94 (setenta e três reais e noventa e quatro centavos) para cada metro quadrado das áreas aterradas ou construídas ou em que forem realizadas obras, cercas ou instalados equipamentos.  |
|  | § 6º O valor de que trata o § 5º será atualizado em 1º de janeiro de cada ano com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e os novos valores serão divulgados em ato do Secretário de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. |
|  | § 7º Verificada a ocorrência de infração, a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão aplicará multa e notificará o embargo da obra, quando cabível, intimando para, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovar a regularidade da obra ou promover sua regularização.   |
|  | § 8º A multa poderá ser suspensa com o pedido de regularização, quando possível juridicamente.   |
|  | § 9º A multa de que trata o inciso II do § 4º deste artigo será mensal, sendo automaticamente aplicada pela Superintendência do Patrimônio da União sempre que o cometimento da infração persistir.  |
|  | § 10. A multa será somada cumulativamente com o disposto no parágrafo único do <a href="#">art. 10 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998</a> .  |
|  | § 11. Após a notificação para desocupar o imóvel, a Superintendência do Patrimônio da União verificará o atendimento da notificação e, em caso de desatendimento, ingressará com pedido judicial de reintegração de posse no prazo de 60 (sessenta) dias.  |
|  | § 12. Os custos em decorrência de demolição e remoção, bem como os respectivos encargos de qualquer natureza, serão suportados integralmente pelo infrator ou cobrados dele <i>à posteriori</i> , quando efetuados pela União.   |
|  | § 13. Ato do Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinará a aplicação do disposto neste artigo, sendo a tramitação de eventual recurso administrativo limitada a 2 (duas) instâncias.”(NR)   |
| <b>Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998</b>         | <b>Art. 3º</b> A <a href="#">Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:  |
| <b>Art. 7º</b> A inscrição de ocupação, a cargo da | <b>“Art. 7º .....</b>  |

# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12,<sup>9</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| <b>Legislação</b>   | <b>Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br/>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)</b>  |
|---|--|
| Secretaria do Patrimônio da União, é ato administrativo precário, resolúvel a qualquer tempo, que pressupõe o efetivo aproveitamento do terreno pelo ocupante, nos termos do regulamento, outorgada pela administração depois de analisada a conveniência e oportunidade, e gera obrigação de pagamento anual da taxa de ocupação.  |  |
| .....   | .....  |
| § 5º As ocupações anteriores à inscrição, sempre que identificadas, serão anotadas no cadastro a que se refere o § 4º deste artigo para efeito de cobrança de receitas patrimoniais dos respectivos responsáveis, não incidindo, em nenhum caso, a multa de que trata o § 5º do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.   | § 5º As ocupações anteriores à inscrição, sempre que identificadas, serão anotadas no cadastro a que se refere o § 4º.   |
| .....   | ..... ”(NR)  |
| <b>Art. 9º</b> É vedada a inscrição de ocupações que:   | “ <b>Art. 9º</b> .....   |
| I - ocorreram após 27 de abril de 2006;   | I – ocorreram após 10 de junho de 2014;<br>..... ”(NR)   |
| .....   | “ <b>Art. 12.</b> .....  |
| <b>Art. 12.</b> Observadas as condições previstas no § 1º do art. 23 e resguardadas as situações previstas no inciso I do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 1987, os imóveis dominiais da União, situados em zonas sujeitas ao regime enfitéutico, poderão ser aforados, mediante leilão ou concorrência pública, respeitado, como preço mínimo, o valor de mercado do respectivo domínio útil, estabelecido em avaliação de precisão, realizada, especificamente para esse fim, pela SPU ou, sempre que necessário, pela Caixa Econômica Federal, com validade de seis meses a contar da data de sua publicação. |  |
| .....   | .....  |
| § 3º Não serão objeto de aforamento os imóveis que, por sua natureza e em razão de norma especial, são ou venham a ser considerados indisponíveis e inalienáveis.   | § 3º Não serão objeto de aforamento os imóveis que:<br>I - por sua natureza e em razão de norma especial, são ou venham a ser considerados indisponíveis e inalienáveis; e   |
| .....   | II – são considerados de interesse do serviço público, mediante ato do Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.”(NR)   |
| <b>Art. 13.</b> Na concessão do aforamento será dada preferência a quem, comprovadamente, em 15 de fevereiro de 1997, já ocupava o imóvel há mais de um ano e esteja, até a data da formalização do contrato de alienação do domínio útil, regularmente inscrito como ocupante e em dia com suas obrigações junto à SPU.  | “ <b>Art. 13.</b> Na concessão do aforamento, será dada preferência a quem, comprovadamente, em 10 de junho de 2014, já ocupava o imóvel há mais de 1 (um) ano e esteja, até a data da formalização do contrato de alienação do domínio útil, regularmente inscrito como ocupante e em dia com suas obrigações perante a Secretaria do Patrimônio da |

# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, <sup>10</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| <b>Legislação</b>  | <b>Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br/>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)</b>  |
|--|--|
|  | União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.   |
| .....  | .....  |
| § 5º No aforamento com base no exercício da preferência de que trata este artigo, poderá ser dispensada, na forma do regulamento, a homologação da concessão pelo Secretário do Patrimônio da União, de que tratam os <a href="#">arts. 108 e 109 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946.</a>  | § 5º (Revogado)." (NR)   |
| <b>Art. 15.</b> A SPU promoverá, mediante licitação, o aforamento dos terrenos de domínio da União, situados em zonas sujeitas ao regime enfitéutico, que estiverem vagos ou ocupados há até um ano em <b>15 de fevereiro de 1997</b> , bem assim daqueles cujos ocupantes não tenham exercido a preferência ou a opção de que tratam os arts. 13 e 17 desta Lei e o <a href="#">inciso I do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 1987.</a>   | " <b>Art. 15.</b> A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão promoverá, mediante licitação, o aforamento dos terrenos de domínio da União, situados em zonas sujeitas ao regime enfitéutico, que estiverem vagos ou ocupados há até <b>1 (um)</b> ano em <b>10 de junho de 2014</b> , bem como daqueles cujos ocupantes não tenham exercido a preferência ou a opção de que tratam os arts. 13 e 17 desta Lei e o inciso I do <a href="#">caput do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.</a>  |
| .....  | .....  |
| § 2º Os ocupantes com até um ano de ocupação em <b>15 de fevereiro de 1997</b> , que continuem ocupando o imóvel e estejam regularmente inscritos e em dia com suas obrigações junto à SPU na data da realização da licitação, poderão adquirir o domínio útil do imóvel, em caráter preferencial, pelo preço, abstruído o valor correspondente às benfeitorias por eles realizadas, e nas mesmas condições oferecidas pelo vencedor da licitação, desde que manifestem seu interesse no ato do pregão ou no prazo de quarenta e oito horas, contado da publicação do resultado do julgamento da concorrência. | § 2º Os ocupantes com até <b>1 (um)</b> ano de ocupação em <b>10 de junho de 2014</b> que continuem ocupando o imóvel e estejam regularmente inscritos e em dia com suas obrigações perante a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na data da realização da licitação poderão adquirir o domínio útil do imóvel, em caráter preferencial, pelo preço, abstruído o valor correspondente às benfeitorias por eles realizadas, e nas mesmas condições oferecidas pelo vencedor da licitação, desde que manifestem seu interesse no ato do pregão ou no prazo de <b>48 (quarenta e oito)</b> horas, contado da publicação do resultado do julgamento da concorrência. |
| .....  | ....." (NR)  |
|  | <b>Art. 4º</b> A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar a utilização onerosa ou gratuita do espaço subaquático da plataforma continental ou do mar territorial para passagem de dutos de petróleo e gás natural ou cabos, bem como o uso das áreas da União necessárias e suficientes ao seguimento do duto ou cabo até o destino final, sem prejuízo, quando subterrâneos, da destinação da superfície, desde que os usos concomitantes sejam compatíveis.  |
|  | § 1º A autorização, quando destinada à execução de empreendimento de fim lucrativo, será onerosa, e, sempre que houver condições de competitividade,   |

# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, <sup>11</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| <b>Legislação</b> | <b>Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br/>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)</b>   |
|-------------------|---|
|                   | deverão ser observados os procedimentos licitatórios previstos em lei.  |
|                   | § 2º Será dispensada a licitação nos casos em que a atividade seja decorrente de concessão pública.   |
|                   | § 3º Na plataforma continental, somente dependerá de autorização a instalação de dutos ou cabos que penetrem o território nacional ou mar territorial brasileiro.   |
|                   | § 4º A autorização de que trata o <i>caput</i> não exime o interessado de obter as demais autorizações e licenças exigidas em lei, em especial as relativas ao ordenamento do espaço aquaviário e à segurança da navegação, bem como a licença ambiental emitida pelo órgão competente.   |
|                   | <b>Art. 5º</b> Os débitos com a União decorrentes de receitas patrimoniais administradas pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão cujos fatos geradores ocorrerem a partir da data de publicação desta Lei e não pagos nos prazos previstos na legislação específica serão acrescidos de: |
|                   | I - multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento); e  |
|                   | II - juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.                             |
|                   | <b>Art. 6º</b> A pedido do interessado, os débitos de natureza patrimonial não inscritos em dívida ativa da União poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas.  |
|                   | § 1º Os débitos incluídos em parcelamento serão consolidados na data do pedido.   |
|                   | § 2º Entende-se por valor consolidado o resultante da atualização do respectivo débito originário mais os encargos e acréscimos legais ou contratuais vencidos até a data da apuração.  |
|                   | § 3º O parcelamento terá sua formalização condicionada ao prévio pagamento da primeira prestação, conforme montante do débito e o prazo solicitado, observado o valor mínimo de cada prestação que será de R\$ 100,00 (cem reais), cabendo ao devedor recolher, a cada mês, as parcelas subsequentes.                                     |
|                   | <b>Art. 7º</b> O requerimento de parcelamento constitui   |



# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, <sup>12</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| <b>Legislação</b> | <b>Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br/>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)</b>   |
|-------------------|---|
|                   | confissão irretratável da dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito patrimonial, podendo a exatidão dos valores parcelados ser objeto de verificação.   |
|                   | <b>Art. 8º</b> O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. |
|                   | <b>Art. 9º</b> Efetivado o parcelamento, a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou não, ou de pelo menos uma parcela após a data de vencimento da última parcela contratada, implicará a rescisão imediata do parcelamento com a antecipação do vencimento do saldo a pagar para a data da rescisão, vedado o reparcelamento, e a remessa do saldo do débito para inscrição em dívida ativa da União.         |
|                   | <b>Art. 10.</b> Os critérios e as condições de parcelamento de que trata esta Lei serão fixados por ato do Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.   |
|                   | <b>Art. 11.</b> Ficam isentos da incidência de multa de mora os débitos patrimoniais não inscritos em dívida ativa da União e vencidos até a edição desta Lei, desde que todos os débitos do interessado perante a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão venham a ser pagos a vista no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de publicação desta Lei.            |
|                   | <b>Art. 12.</b> Ficam remitidos os débitos de natureza patrimonial, inclusive aqueles com exigibilidade suspensa, que em 31 de dezembro de 2010 estejam vencidos há 5 (cinco) anos ou mais e cujo valor total consolidado, naquela data, seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).  |
|                   | § 1º O limite previsto no <i>caput</i> deve ser considerado por sujeito passivo e, separadamente, em relação:   |
|                   | I - aos débitos inscritos em dívida ativa da União, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e  |
|                   | II - aos débitos administrados pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.  |



# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12,<sup>13</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| <b>Legislação</b>   | <b>Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br/>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)</b>   |
|---|---|
|   | § 2º O disposto neste artigo não implica restituição de quantias pagas.   |
|   | <b>Art. 13.</b> A União repassará 20% (vinte por cento) dos recursos arrecadados por meio da cobrança de taxa de ocupação, foro e laudêmio aos Municípios onde estão localizados os imóveis que deram origem à cobrança.  |
| <b>Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981</b>   | <b>Art. 14.</b> O art. 1º do <a href="#">Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:  |
| <b>Art. 1º</b> Ficam isentas do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, referentes a imóveis de propriedade da União, as pessoas consideradas carentes ou de baixa renda cuja situação econômica não lhes permita pagar esses encargos sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. | “ <b>Art. 1º</b> .....  |
| .....   | .....   |
| § 2º Considera-se carente ou de baixa renda para fins da isenção disposta neste artigo o responsável por imóvel cuja renda familiar mensal <b>for</b> igual ou inferior ao valor correspondente a 5 (cinco) salários mínimos.   | § 2º Considera-se carente ou de baixa renda, para fins da isenção disposta neste artigo, o responsável por imóvel cuja renda familiar mensal <b>seja</b> igual ou inferior ao valor correspondente a 5 (cinco) salários mínimos <b>ou que esteja devidamente inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal</b> .   |
| .....   | .....   |
| § 4º A isenção de que trata este artigo aplica-se desde o início da efetiva ocupação do imóvel e alcança os débitos constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em dívida ativa, <b>e os não constituídos até 27 de abril de 2006</b> , bem como multas, juros de mora e atualização monetária.  | § 4º A isenção de que trata este artigo aplica-se desde o início da efetiva ocupação do imóvel e alcança os débitos constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em dívida ativa, bem como multas, juros de mora e atualização monetária.”(NR)  |
|   | <b>Art. 15.</b> Ficam dispensados de lançamento e cobrança as taxas de ocupação e os laudêmios referentes aos terrenos de marinha e seus acrescidos, inscritos em regime de ocupação, quando localizados em ilhas oceânicas ou costeiras que contenham sede de Município, desde a data da publicação da Emenda Constitucional nº 46, de 5 de maio de 2005, até a conclusão do processo de demarcação, sem cobrança retroativa por ocasião da conclusão dos procedimentos de demarcação. |
|   | <b>Art. 16.</b> Ficam isentas do pagamento de laudêmio, do foro ou de taxas de ocupação as pessoas jurídicas de direito privado:  |
|   | I - sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades benéficas de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, que se enquadrem na <a href="#">Lei nº 12.101, de 27 de novembro de</a>  |

# Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, <sup>14</sup> de 2015 (nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)

| <b>Legislação</b>  | <b>Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2015<br/>(nº 5.627, de 2013, na Casa de origem)<br/><u>2009:</u></b>  |
|--|---|
|  | II – que desenvolvam ações de salvaguarda para bens culturais registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, quando os imóveis da União utilizados sob regime de ocupação ou aforamento forem essenciais à manutenção, produção e reprodução dos saberes e práticas associados, na forma de ato do Secretário do Patrimônio da União. |
|  | § 1º Serão anistiados os débitos patrimoniais devidos à União, constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em dívida ativa, das entidades de que trata este artigo, desde que a anistia seja requerida em até 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei.  |
|  | § 2º A Secretaria do Patrimônio da União regulamentará a previsão contida no inciso II do <i>caput</i> em até 30 (trinta) dias após a vigência desta Lei.   |
|  | <b>Art. 17.</b> A Secretaria de Patrimônio da União disponibilizará em seu portal na internet, mensalmente, o total de receitas arrecadadas em cada unidade da Federação, discriminando as relativas a foro, taxa de ocupação, laudêmio e outros.   |
| <b>Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.</b><br><br><b>Art. 13.</b> Na concessão do aforamento será dada preferência a quem, comprovadamente, em 15 de fevereiro de 1997, já ocupava o imóvel há mais de um ano e esteja, até a data da formalização do contrato de alienação do domínio útil, regularmente inscrito como ocupante e em dia com suas obrigações junto à SPU.<br>..... |   |
| § 5º No aforamento com base no exercício da preferência de que trata este artigo, poderá ser dispensada, na forma do regulamento, a homologação da concessão pelo Secretário do Patrimônio da União, de que tratam os <a href="#">arts. 108 e 109 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946.</a>  | <b>Art. 18.</b> Fica revogado o § 5º do <a href="#">art. 13 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.</a>   |
|  | <b>Art. 19.</b> Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.   |